

SECUNDARISTAS OCUPAM ESCOLAS E IMPÕEM RARO REVÉS A GOVERNO TUCANO

Paulo Hebmüller
Jornalista

Paulo Hebmüller



Ocupação do Centro Paula Souza, na capital paulista, em 2016

A mobilização dos secundaristas forçou a gestão de Geraldo Alckmin (PSDB) a anunciar, no final de 2015, a suspensão da “reorganização escolar”, que previa o fechamento de quase cem escolas estaduais. Porém, MPE e Defensoria entendem que a reorganização prossegue, sob disfarce, e o diálogo que o governador prometeu a professores e pais, “escola por escola”, permanece como miragem. Em 2016, a mobilização dos estudantes das ETECs e a pressão pela investigação da Máfia da Merenda voltaram a colocar o governo na parede

Braço esquerdo esticado, mão apoiada no ombro do colega à frente, os estudantes foram conduzidos em fila indiana a um ônibus da Polícia Militar estacionado nos fundos do *campus* da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec), no bairro paulistano do Bom Retiro. Os dezessete jovens haviam sido retirados da ocupação de um dos prédios do *campus*, o “Ary Torres”, onde funciona a Escola Técnica Estadual de São Paulo (Etesp). O percurso feito desde a entrada dos policiais militares na ocupação até a chegada dos alunos ao 3º Distrito Policial, na rua Aurora, no Centro da cidade, foi trilhado em meio a uma profusão de ilegalidades e arbitrariedades, bem ao estilo truculento que marca a gestão da segurança pública no governo de Geraldo Alckmin (PSDB).

Por volta das 6h30min daquela sexta-feira, 13 de maio, no marco de exatos 128 anos da abolição da escravatura, os PMs arrombaram o cadeado que os alunos haviam colocado na entrada do prédio que ocupavam desde o dia 2 e encontraram praticamente todos os jovens ainda dormindo. Aos gritos, passaram a acordá-los e a seguir fizeram com que se ajoelhassem, as mãos na cabeça, para uma revista. De acordo com depoimentos de participantes da ocupação, pelo menos um aluno foi agredido por um PM ao perguntar se havia mandado judicial para a reintegração de posse.

Não havia — de acordo com um parecer elaborado dias antes pela Procuradoria Geral do Estado, essa “formalidade” era dispensável. O parecer foi emitido pelo procurador geral, Elival Ramos, em resposta a

uma consulta do então secretário da Segurança Pública, Alexandre de Moraes. Docente da Faculdade de Direito (FD) da USP, Moraes foi alçado ao cargo de ministro da Justiça do governo interino de Michel Temer (PMDB) na véspera da desocupação.

Entidades que defendem os direitos dos cidadãos discordam da inovação adotada pelo governo alckmista. A seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP), por exemplo, emitiu nota na qual se diz preocupada com o uso

Paulo Hebmüller



A “famosa” merenda seca

de forças policiais sem autorização judicial. “Em se tratando de invasão pacífica e não predatória, de estabelecimento de ensino oficial, por jovens que lá estudam, parece desarrazoado proceder à reintegração *manu militari*, sem a prévia cautela de ordem judicial”, diz o texto assinado pelo presidente da seção regional, Marcos da Costa. “Infelizmente a Secretaria da Segurança Pública tem usado a PM como po-

lítica política do governo, e isso é muito ruim”, afirmou à época, em entrevista à Rádio CBN, o professor Rafael Alcadipani, docente da Fundação Getúlio Vargas e associado pleno do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A ação da PM na Etesp veio acompanhada de outras ilegalidades, como a ausência de representantes do Conselho Tutelar, necessária por se tratar de situação que envolvia menores de 18 anos. Depois da revista, os estudantes tiveram cinco minutos para “se arrumar” — pouco mais do que calçar os tênis e pegar suas mochilas. “Só dentro do ônibus falaram para onde a gente estava indo e então pudemos usar o celular para avisar os pais”, relata a jovem Alice, de 16 anos, aluna do primeiro ano do curso de Técnico em Meio Ambiente e filha de um funcionário da USP (os nomes dos adolescentes entrevistados para esta reportagem foram trocados para preservar sua identidade). “A PM nos trata como marginais, algo muito grosseiro e humilhante. Mas a partir do momento em que entramos em contato com os policiais civis, gradualmente foi melhorando”, diz Henrique, 15 anos, aluno do mesmo curso.

No 3º Distrito Policial, porém, novas arbitrariedades ocorreram, dado que inicialmente os pais e advogados não puderam entrar para acompanhar o que acontecia com os jovens. Só depois de muita pressão do lado de fora é que a presença dos advogados foi permitida. O pai ou a mãe de cada aluno entrava apenas quando outro saía. Os últimos alunos só foram liberados depois das

18h30min. A promotora designada para o caso decidiu pelo perdão judicial para os menores de 18 anos, porém dois estudantes maiores de idade retirados da ocupação terão que responder a processo judicial.

A promessa é que a partir do segundo semestre os alunos possam optar entre lanche ou marmitex e que até o final de 2018 todas as ETECs preparem as próprias refeições. Essas medidas representam uma vitória dos estudantes, pois decorrem da ocupação de 12 ETECs em abril e maio

“Temos várias pautas, divididas entre principais e secundárias, mas as mais relevantes são pela oferta da merenda seca e merenda úmida, contra os cortes na educação e contra a perseguição de alunos”, explica Henrique. Os alunos do ensino médio integrado ao técnico ficam em horário integral na escola: das 7h30min às 12h10min, e das 13h10min às 16h40min. Duas vezes por dia recebem a chamada merenda seca: uma caixinha de achocolatado e um pacote com cinco bolachas. Uma das reivindicações é que, além desta, seja oferecida a merenda úmida: uma refeição no intervalo para almoço. A partir do

segundo semestre será fornecido almoço em marmitex, informou a direção da escola. Porém, os alunos tiveram que optar pela modalidade de merenda de sua preferência (os lanches nos intervalos ou o almoço) por meio de um formulário entregue pela direção.

O formulário foi distribuído para todos os estudantes com aulas nos dois turnos que ainda não recebem refeições no Estado. De acordo com o site do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Sousa (Ceeteps), responsável pela administração das ETECs e Fatecs, em 70% das escolas já é oferecida refeição completa para aproximadamente 32 mil alunos. Os que não recebem são cerca de 20 mil estudantes de 65 escolas. O site informa que uma empresa será contratada por licitação para fornecer as refeições em marmitex. A promessa é que até o final de 2018 todas as ETECs preparem as próprias refeições em cozinhas que serão adaptadas ou construídas.

A opção por um ou outro tipo de merenda não atende integralmente a reivindicação, mas a medida do governo representa uma vitória dos estudantes, porque é consequência da sua mobilização e da ocupação de doze escolas técnicas entre o final de abril e início de maio. A tática foi deflagrada com a ocupação da sede do Ceeteps, na Santa Ifigênia, no dia 28 de abril. Foi por conta dessa ação, especificamente, que o governo Alckmin inaugurou o uso da intervenção da PM sem respaldo judicial. No dia 2 de maio, soldados entraram no prédio para executar a reintegração de posse sem que o mandado tives-

se sido expedido, permaneceram o dia todo no local e saíram no fim da tarde. O juiz Luis Manuel Pires, da Central de Mandados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), questionou a Secretaria da Segurança Pública e determinou a “imediate suspensão de qualquer ato” por parte dela em relação ao caso.

A desocupação só ocorreu no dia 6 de maio, após o desembargador Rubens Rihl, da 1ª Câmara de Direito Público do TJ-SP, expedir liminar determinando que caberia ao comandante da operação avaliar o uso da força e dos recursos necessários “na proporção adequada” ao cumprimento da medida. Imagens registradas pela imprensa mostram que policiais do Batalhão de Choque chegaram a arrastar estudantes para fora do prédio.

A reportagem da *Revista Adusp* ouviu diversos alunos que participaram da ocupação do Centro Paula Souza e também estiveram envolvidos no movimento contra a chamada reorganização escolar, que o governo paulista tentou empurrar goela abaixo da sociedade no ano passado. “A gente quer reivindicar nossos direitos, mas nunca se consegue. Só a partir de uma medida drástica como essa para conseguir algum diálogo”, afirma Dênis, 16 anos, aluno de uma escola estadual de Guarulhos. “Se não fossem os estudantes ocupando as escolas, a reorganização teria acontecido.”

De fato, a luta pela merenda, símbolo da mobilização de 2016, pode ser considerada descendente direta do longo processo de resistência dos secundaristas à dita reorganização escolar, registrado em 2015. O pro-

Paulo Hebmüller



Estudantes ocupam o Centro Paula Souza

jeto, anunciado em setembro, previa a divisão de 754 unidades da rede oficial em ciclos únicos de ensino por faixa etária, levando ao fechamento de 94 escolas e provocando a transferência de 300 mil estudantes e 74 mil professores e funcionários. Os estudantes deram início a uma série de protestos contra a iniciativa, comandada pelo então secretário da Educação, Herman Voorwald, ex-reitor da Unesp. Os protestos foram inicialmente ignorados pelo governo, que manteve a decisão de prosseguir com a reorganização sem dialogar com alunos, pais, professores e funcionários.

Foi ignorada, por exemplo, a posição da Congregação da Faculdade de Educação (FE) da USP, que aprovou em outubro um documento no qual diz que, entre outras evidências, “chama a atenção o descaso e o desrespeito às crianças e aos jovens, estudantes das escolas públicas, bem como a seus familiares e ao conjunto dos professores e funcionários que trabalham nos locais”. A congregação criticou “a forma autoritária de agir” da Secre-

taria da Educação e afirma que a FE, como formadora de profissionais da área, “considera-se também atingida”: “reiteramos que quaisquer mudanças na organização da educação do Estado só devem ser implementadas após debates amplos e consulta, por meio de audiências públicas, à comunidade escolar e acadêmica especializada”.

“Os estudantes foram adequando suas táticas de luta às circunstâncias. Quando ocuparam as escolas, ganharam proeminência e relevância. Vizinhos, pais e professores começaram a prestar solidariedade”, avalia Pablo Ortellado (EACH)

Como resposta à imposição e à ausência de qualquer debate, nos primeiros dias de novembro os estudantes começaram a ocupar as escolas, num movimento que logo se espalhou. A escola “Fernão Dias Paes”, no bairro de Pinheiros, transformou-se num dos símbolos dessa luta: primeira a ser ocupada, foi alvo de um cerco formado por dezenas de policiais militares e se tornou o centro de uma série de manifestações de apoio.

“Os estudantes fizeram uma longa trajetória na qual foram adequando as suas táticas de luta às circunstâncias. Organizaram manifestações nas escolas e nos bairros e fizeram outros atos unificados, mas não foram muito bem-sucedidos. Quando ocuparam as escolas, ganharam proeminência e relevância. A imprensa passou a cobrir, e os vizinhos, pais e professores começaram a prestar solidariedade”, avalia Pablo Ortellado, docente do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da USP.

O movimento de ocupações alcançou cerca de duzentas escolas espalhadas pelo Estado. Em várias manifestações nas ruas os estudantes foram atacados pela PM, que não economizou violência na repressão, mesmo em se tratando de adolescentes em luta para manter suas escolas abertas. O desgaste político provocado pelas ocupações, pela repercussão negativa da truculência empregada contra estudantes e pela insistência numa política cujo objetivo nunca foi suficientemente esclarecido levou a que, finalmente, o governo anunciasse a desistência de implantar a reorganização.

O decreto 61.692, revogando a “transferência dos integrantes dos Quadros de Pessoal da Secretaria da Educação”, foi publicado no *Diário Oficial do Estado* no dia 5 de dezembro. “O ano de 2016, que ia ser de implantação, será o ano de aprofundarmos este diálogo”, afirmou Alckmin ao anunciar a suspensão. “Os alunos continuarão nas escolas em que eles já estudam e nós começaremos a aprofundar esse debate, com diálogo escola por escola, especialmente com estudantes e pais de alunos.”

O recuo foi decidido pelo governador sem consulta a Voorwald. Desautorizado pela derrubada de uma política na qual empenhara grande esforço, só restava ao secretário pedir demissão do cargo. Voorwald foi sucedido pelo desembargador José Renato Nalini, ex-presidente do TJ-SP. Em abril deste ano, Nalini divulgou um artigo intitulado “A sociedade órfã”, no qual afirma que o Estado só deveria responder por “missões elementares e básicas” — “Segurança e Justiça como emblemáticas”, aponta. Tudo o mais “deveria ser providenciado pelos particulares”. Ou seja: para o secretário da Educação do Estado mais rico do país, a educação não está incluída entre os direitos fundamentais da população.

No mesmo dia em que o governador assinou o decreto revogando a reorganização, o Instituto Datafolha publicou uma pesquisa demonstrando que sua popularidade havia chegado ao nível mais baixo já registrado: 28% de avaliação como ótimo/bom, contra 38% no levantamento anterior. Coincidên-



A PM presente na Etesp no dia da desocupação

cia? “A ação dos secundaristas foi a mais importante reação política ao governador Geraldo Alckmin nesses mais de vinte anos de governo dos tucanos em São Paulo, nos quais eles têm governado com muita tranquilidade, sem que tenha havido uma oposição significativa, seja do ponto de vista parlamentar ou do ponto de vista da reação da sociedade”, considera Pablo Ortellado. “Os secundaristas infligiram o primeiro golpe sério nesses anos de governo tucano por meio da capacidade de mobilização, de atrair apoio público para a sua causa e de se adaptar às diferentes circunstâncias políticas”. Dez pontos percentuais, lembra o docente, podem significar a diferença entre a vitória ou a derrota numa eleição.

No final de abril, a juíza Carmen Teixeira e Oliveira, da 5ª Vara da Fazenda Pública, determinou que a Fazenda do Estado apresentasse informações completas sobre número de salas fechadas e de alunos remanejados em 2016 — e “cronograma da discussão”

Embora anunciada, a suspensão da reorganização vem sendo desmentida por fatos e números. O ano

Daniel Garcia



Ocupação pioneira da E.E. Fernão Dias Paes, em 2015

de 2016 corre sem que estudantes e pais tenham notícia do tal “diálogo escola por escola” prometido pelo governador. Ao não concretizar o que anunciou publicamente, o governador desrespeita liminar proferida pelo juiz Luis Felipe Ferrari Bedendi, da 5ª Vara da Fazenda Pública, em resposta a ação movida pelo Ministério Público (MPE-SP) e pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo contra a reorganização.

Na decisão, publicada em 16 de dezembro (poucos dias depois do anúncio de Alckmin), o juiz deixa claro que o projeto não primou “pela participação democrática”. Para o magistrado, “a construção de uma política pública em educação, mormente dessa magnitude, necessita da participação da comunidade porque a própria Lei Maior assim impõe”. O juiz observa que o Estado deve “dar cumprimento à aludida gestão democrática”, e que à Justiça não cabe determinar como isso será feito, mas sim verificar se a decisão judicial está sendo cumprida.

O MPE-SP e a Defensoria Pública entendem que não está — aliás, nem esta, nem a outra importante determinação do juiz Bedendi. Na mesma liminar, ele suspendeu, para o ano de 2016, “todos os efeitos da chamada reorganização escolar, mantendo a situação anterior, inclusive com a permanência dos alunos nas escolas onde já matriculados em 2015 e permitindo o ingresso de novos alunos segundo essa mesma organização”. Desde o início do ano, porém, denúncias de pais e professores apontam para uma reorganização disfarçada, realizada à margem da Justiça.

Em abril de 2016, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) entrou como terceiro interessado, ao lado do MPE-SP e da Defensoria Pública, com nova ação civil pública requerendo que fosse reconhecido o descumprimento da decisão de suspender a reorganização, e também que o

Estado refizesse as matrículas e reabrisse “as escolas, turmas, salas e períodos indevidamente fechados”. De acordo com levantamento da Apeoesp a partir de informações enviadas por professores, pelo menos 207 escolas foram alvo de algum tipo de intervenção para “restringir o acesso ao ensino”. Ao menos 1.112 classes foram fechadas, turnos inteiros foram cancelados e pelo menos uma unidade, em Carapicuíba, deixou de funcionar. Os números podem ser ainda mais expressivos, porque esses dados abrangem apenas 47 das 91 Diretorias de Ensino da Secretaria da Educação.

No final de abril, a juíza Carmen Cristina Fernandez Teixeira e Oliveira, também da 5ª Vara da Fazenda Pública, proferiu decisão afirmando que “há notícias gravíssimas trazidas pelos autores da ação, no sentido de que a liminar proferida nesta Ação Civil Pública, que vedou a realização da reorganização escolar, estaria sendo descumprida” e que a Secretaria da Educação estaria fechando salas e “realizando uma reorganização gradual e disfarçada”. A juíza determinou que a Fazenda do Estado apresentasse informações completas sobre o número de salas fechadas e de alunos remanejados em 2016 — e que o Estado apresentasse “cronograma da discussão da reorganização escolar com a comunidade e demais interessados”.

A resposta do Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula da Secretaria da Educação foi encaminhada pela

procuradora Mirna Cianci no dia 6 de maio. São nove páginas de argumentação, nas quais as palavras “fechamento” e “lotação” são grafadas entre aspas, seguidas de outras 34 com as tabelas que apresentam os comparativos solicitados pela Justiça.

Para a Secretaria, “no processo dinâmico de composição das turmas, o número de classes — em continuidade ou novos ingressos — de um ano para outro, em uma mesma unidade escolar, pode ou não se manter o mesmo”. Assim, a resposta vai elencando justificativas para cada conjunto de escolas e as respectivas razões da diminuição no seu número de classes — razões que vão desde a permanência dos alunos na rede municipal até, no caso de 24 unidades, “mera casualidade”: “são escolas que apresentam um histórico de demanda instável e/ou uma situação específica que fez com que não houvesse, exclusivamente, neste ano letivo, os anos/séries em questão”.

De acordo com a representante do governo, portanto, “todo o processo de reorganização foi suspenso” e “não houve intervenção por parte da Secretaria de Estado da Educação”. “Houve sim, situações particulares que são ordinárias à gestão escolar que não implicam prejuízos, tampouco desrespeito aos direitos garantidos”, afirma ela. Em relação ao cronograma de debates sobre uma eventual reorganização a ser implantada em 2017, a procuradora Mirna Cianci comunica que está providenciando “as informações detalhadas conforme determinado”.

Um dossiê preparado pelo Comitê de Mães e Pais em Luta, constituído durante o movimento de 2015, soma 83 páginas que documentam violências policiais — e foi exibido por alunos e uma das mães em audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em Washington

O MPE-SP, a Defensoria Pública e a Apeoesp estão analisando os dados apresentados na resposta. O processo pode levar o governo a arcar com multas diárias pelo não cumprimento das determinações e acarretar também consequências penais por crime de desobediência, caso as decisões judiciais não sejam cumpridas.

Fora dos tribunais, a luta dos estudantes contra a reorganização provocou muitas respostas violentas do governo, especialmente em ações repressivas da PM. Um dossiê preparado pelo Comitê de Mães e Pais em Luta, constituído durante o movimento de 2015 para dar apoio aos jovens, soma 83 páginas que documentam dezenas de casos de violência e abusos policiais em manifestações nas ruas e nas escolas. O dossiê foi apresentado por uma comissão formada por estudantes, uma das mães do comitê e representantes da ONG

Artigo 19 em audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington (Estados Unidos), no dia 7 de abril. O procurador geral Elival Ramos fez a defesa do governo paulista.

“Mais de 100 estudantes foram detidos de forma arbitrária e em muitos casos de modo violento desde o início dos protestos contra a reorganização escolar”, aponta o dossiê. Na grande maioria dos casos, continua o documento, “desrespeitou-se o princípio da prioridade absoluta dos direitos das crianças e adolescentes, além da determinação da excepcionalidade do uso de algemas em adolescentes e a proteção de não serem levados no porta-malas do carro”.

Luís Braga, um dos pais que integram o comitê, disse à *Revista Adusp* que o grupo procura apoiar os esforços dos alunos em prol da democratização do espaço escolar. Seu filho estuda na Etesp e participou da ocupação do Centro Paula Souza. “As ETECs, que sempre foram a menina dos olhos do governo, estão sofrendo cortes enormes e também estão num processo de degradação”, diz.

De fato, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) enviado em maio pelo governo à Assembleia Legislativa (Alesp) prevê 4 mil vagas a menos para ingresso nas ETECs e Fatecs em 2017. Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* mostrou, com base em dados do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária (Sigeo), que a gestão Alckmin reduziu em 36,3% os investimentos destinados ao Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica: foram



Manifestação de estudantes do lado de fora da Alesp, durante protesto contra a Máfia da Merenda e por criação de CPI

R\$ 121,4 milhões em 2014, contra R\$ 77,3 milhões em 2015. No mesmo tom da Secretaria da Educação, o Ceeteps respondeu à mídia que as variações nas matrículas “são normais” e que “alguns cursos deixam de ser ofertados temporariamente por falta de demanda”.

Às principais bandeiras da luta estudantil — contra a reorganização e contra os cortes no orçamento da educação — somou-se a pressão para que a Alesp instalasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o escândalo da “Máfia da Merenda”. A oposição tentava emplacar a investigação desde o início de 2016, mas a criação da CPI só deslanchou com nova mobilização dos estudantes, que na primeira semana de maio

ocuparam por três dias o principal plenário da Alesp. A comissão foi instalada no final do mês, porém até o fechamento desta edição os partidos ainda não haviam indicado os nomes dos integrantes e nem estava definido o seu cronograma.

A máfia vem sendo investigada pela Operação Alba Branca, do MPE-SP, que apura o funcionamento de um esquema de fraudes na compra de alimentos para a merenda escolar. O deputado Fernando Capez (PSDB), presidente da Alesp e promotor público licenciado, foi apontado em delações premiadas como um dos elos que viabilizavam a liberação de contratos superfaturados envolvendo a Secretaria da Educação e a Cooperativa Orgânica

Agrícola Familiar (Coaf). Fernando Padula, ex-chefe de gabinete da Secretaria, deixou o cargo com a queda de Voorwald, mas no final de abril foi “premiado” pelo governador Alckmin com a nomeação para coordenar o Arquivo Público de São Paulo. Padula foi citado por investigados no esquema das fraudes como “nosso homem na secretaria”, e por isso também é alvo da operação.

Enquanto as verbas da merenda se perdiam na corrupção, em alguns momentos escolas da rede estadual chegaram a pedir — em cartazes na entrada ou em bilhetes para os alunos entregarem aos pais — que os estudantes levassem seu próprio lanche, porque nada havia a oferecer-lhes.

“A gente vai continuar lutando para manter esse fogo vivo e para alcançar a igualdade, porque a situação é deplorável. Uma pena a gente perder aula, mas a maior pena é com 15 anos ter que lutar por comida”



Ator Gero Camilo leva seu apoio aos estudantes na Alesp

Na avaliação do professor Pablo Ortellado, da EACH, os estudantes conseguiram vários sucessos neste ano ao abordar a questão da merenda, embora estejam enfrentando um Estado que também aprendeu com eles. “O Estado está, digamos, inovando os instrumentos jurídicos para reprimir o movimento. O governo sabe da força das ocupações. As imagens dos estudantes cuidando das escolas e se apropriando da coisa pública com cuidado produzem um sentimento de solidariedade e empatia da sociedade que o Estado quer impedir”, considera.

A mobilização dos estudantes de São Paulo ecoou Brasil afora desde 2015. Em Goiás, as ocupações realizadas em fevereiro de 2016 buscaram combater o projeto do governo de Marconi Perillo (PSDB) de colocar as escolas sob a gestão de “Organizações Sociais” (OS). A resposta governamental envolveu violência da PM e cooptação de pais contrários ao movimento, que chegaram a agredir alunos. A decisão dos jovens de ocupar o prédio

da Secretaria da Educação resultou na prisão de 30 estudantes (13 dos quais menores de idade) e um professor universitário.

A Associação dos Docentes da USP (Adusp) expressou, em nota, repúdio ao modo como os governos tucanos reagem aos protestos: “No caso de Goiás, o ‘crime’ dos jovens consistiu em ocupar a Secretaria da Educação para protestar contra a entrega da rede pública estadual de ensino à gestão privada. Também em São Paulo, a Polícia Militar do governo Geraldo Alckmin (PSDB) perseguiu truculentamente os estudantes que se opuseram à chamada ‘reorganização escolar’, o que indica que para determinados governantes as questões sociais continuam sendo ‘caso de polícia’, como na República Velha”.

No Rio de Janeiro, os alunos vêm denunciando a falta de recursos para a educação. Neste ano, movimentos e ocupações estão em andamento no Ceará e no Rio Grande do Sul. Ortellado acredita que os estudantes enfrentam o grande desafio de romper o isolamento imposto pelos governos e pela mídia. Se conse-

guirem isso, avaliam, terão o apoio da população, “porque sua causa é apoiada por uma parcela consolidadamente majoritária da sociedade brasileira”.

De fato, é difícil não apoiar, e não se emocionar com, o depoimento do jovem Henrique, aluno da Etesp, a quem os dirigentes da educação paulista deveriam se reunir em sala de aula para ouvir: “Tudo o que fizemos foi acreditando muito na nossa causa e no apoio que a gente recebe. Fizemos tudo de forma legítima e não depredando nada. Temos uma batalha contra a mídia, que sempre distorce quem nós somos. A gente vai direcionar essa luta para fazer uma diferença. Não importa só conseguir a merenda. Na realidade a luta é muito grande, é muito além do que pode ser colocado em algumas pautas. A gente vai continuar lutando para manter esse fogo vivo e para continuar tendo esperança de que um dia vai conseguir alcançar a igualdade, porque a situação que vivemos hoje é deplorável. Acho uma pena a gente perder aula, mas a maior pena de todas é com 15 anos ter que lutar por comida”.